



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO PARÁ

Continuação

2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	95.335.624,50	114.087.859,35
2.1) Matérias-primas consumidas	889.664,94	2.603.052,85
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	166.397,84	379.345,85
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	35.444.164,48	32.439.850,72
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	58.835.397,24	78.665.609,93
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	41.097.757,27	149.835.928,10
4 – RETENÇÕES	20.793.515,44	18.775.605,32
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	20.793.515,44	18.775.605,32
5 – VALOR ADICIONADO LÍQ PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	20.304.241,83	131.060.322,78
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	112.821,19	330.205,16
6.1) Receitas financeiras	112.821,19	330.205,16
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	20.417.063,02	131.390.527,94
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	20.417.063,02	131.390.528,94
8.1) Pessoal e encargos	90.439.913,24	73.565.138,98
- Direta	53.456.605,04	42.436.072,21
- Encargos	19.939.411,19	17.121.919,17
- Benefício	17.043.897,01	14.007.147,60
8.2) Impostos, taxas e contribuições	14.565.751,37	13.853.541,32
- Federal	14.080.264,89	13.853.541,32
- Municipal	485.486,48	0,00
8.3) Juros e Variações Monetárias	10.903.681,93	23.594.941,66
8.4) Despesa financeira	2.599.796,45	0,00
8.4) Lucro(Prejuízo) retido	(98.092.079,97)	20.376.906,98

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infra-estrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com a Lei 6.404/1976, modificada pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009. Foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

a) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.

b) Provisão para Perdas na Realização de Crédito

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

c) Depósitos Judiciais

São registrados pelo valor original do depósito.

d) Estoques

O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

e) Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade (Impairment test).

f) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo da aquisição.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia não tem apurado lucro real tributável para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculados com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante

h) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.

i) Reserva de Reavaliação

É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos imobilizados reavaliados.

j) Despesas Capitalizáveis

Os gastos com pessoal envolvido na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.

k) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.

a) As perdas no recebimento de créditos são constituídas com base nos limites de dedutibilidade fiscal

conforme legislação vigente. E a provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise das contas a receber de clientes, especialmente sobre os valores vencidos, levando-se em consideração a expectativa de sua recuperação.

b) As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro de 2010:

	2010		2009	
FAIXA DE IDADE	PARTICULAR	PÚBLICA	Total	Total
A vencer	21.141.824,44	389.912,82	21.531.737,26	16.108.537,69
Vencidas até 90 dias	41.231.667,01	2.910.126,04	44.141.793,05	33.362.489,53
Vencidas de 91 a 180 dias	16.017.627,73	1.221.721,09	17.239.348,82	16.063.311,57
Vencidas de 181 a 360 dias	29.605.346,85	1.946.426,17	31.551.773,02	31.407.879,05
Vencidas a mais de 360 dias	385.863.011,64	22.803.696,13	408.666.707,77	370.005.066,01
Sub-total	493.859.477,67	29.271.882,25	523.131.359,92	466.947.283,85
Provisão para Devedores Duvidosos	(33.090.695,49)	0,00	(33.090.695,49)	0,00
Perdas no Recebimento de Créditos	(415.468.358,49)	(24.750.122,30)	(440.218.480,79)	(401.412.945,06)
Total	45.300.423,69	4.521.759,95	49.822.183,64	65.534.338,79
Longo Prazo	8.210.209,45	0,00	8.210.209,45	9.718.581,00
Curto Prazo	37.090.214,24	4.521.759,95	41.611.974,19	55.815.757,79

c) A movimentação da provisão para perdas na realização dos créditos foi a seguinte:

Descrição	2010	2009
Saldo no início do exercício	401.412.945,06	336.950.510,13
Valores registrados como perda	41.215.513,74	65.011.408,08
Baixas ocorridas	(2.409.978,01)	(548.973,15)
Saldo no final do exercício	440.218.480,79	401.412.945,06

NOTA 5 – IMOBILIZADO.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2010	2009
Em Operação		
Sistema de Água	390.558.528,94	370.307.843,75
Sistema de Água - Reavaliado	462.456.334,09	462.456.334,09
Sistema de Esgoto	45.066.667,88	36.502.078,84
Sistema de Esgoto - Reavaliado	3.847.988,39	3.847.988,39
Bens de Uso Geral	34.564.356,73	34.830.672,51
Bens de Uso Geral - Reavaliado	10.913.048,62	10.913.048,62
Sub-total	947.406.924,65	918.857.966,20
Depreciação Acumulada - Sistema de Água	(207.456.678,77)	(193.771.739,71)
Depreciação Acumulada - Sistema de Esgoto	(4.460.131,51)	(3.270.111,43)
Depreciação Acumulada - B.U.G	(22.836.537,18)	(20.714.973,28)
Depreciação Acumulada - Reavaliação	(48.952.306,27)	(45.155.313,87)
Total em Operação	663.701.270,92	655.945.827,91
Em Construção		
Sistema de Água	408.781.495,38	293.577.085,30
Sistema de Esgoto	43.857.960,26	51.496.602,74
Bens de Uso Geral	2.900,00	2.900,00
Obras em Processo de Imobilização	0,00	5.548.015,64
Total em Construção	452.642.355,64	350.624.603,68
Total do Imobilizado	1.116.343.626,56	1.006.570.431,59

NOTA 6 – FINANCIAMENTOS.

a) Os financiamentos obtidos junto ao consórcio de bancos liderados pelo Midland Bank PLC tiveram por objetivo carrear recursos para o programa de Saneamento Básico do Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Belém, garantidos por aval da República Federativa do Brasil cuja responsabilidade pelo pagamento é do Governo do Estado. A atualização cambial do valor principal e dos juros ocorre através da variação mensal da moeda norte-americana (dólar), cujo vencimento final ocorrerá em 11/04/2024. Para a conversão do saldo em 31/12/2010, foi utilizada a cotação de US\$ 1,6662.

b) Os financiamentos tiveram a seguinte movimentação no exercício:

	2010	2009
Saldo Inicial	47.984.433,31	70.447.319,13
- Juros Provisionados	1.328.000,00	3.324.744,02
- Variação cambial incorrida	(1.902.035,10)	(17.049.210,10)
- Juros pagos	(2.032.733,89)	(3.148.322,90)
- Amortização de emprestimo	(3.596.964,74)	(5.590.096,84)
Saldo Final	41.780.699,58	47.984.433,31
Parcelas a Curto Prazo	3.945.453,34	4.806.940,48
Parcelas a Longo Prazo	37.835.246,24	43.177.492,83

NOTA 7 – PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

a) A Companhia aderiu ao parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nas condições estabelecidas pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Os valores parcelados correspondem aos débitos tributários vencidos até novembro de 2008, inclusive os saldos remanescentes de parcelamentos anteriores que migraram para o atual parcelamento. O benefício concedido pela Lei 11.941/2009 ocasionou uma reversão líquida de encargos financeiros no ordem de R\$ 105.477 mil no exercício de 2009. A Companhia aguarda a consolidação final dos débitos por